



64

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

---

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325314-1

AGRAVANTE: JOSENILDO RODRIGUES DA SILVA

AGRAVADO: EMBRASYSTEM TECNOLOGIA EM SISTEMA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (BBOM)

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. "PIRÂMIDE FINANCEIRA". VÍCIO DE CONSENTIMENTO NA PERFECTIBILIZAÇÃO DOS CONTRATOS DEVIDAMENTE COMPROVADO.

1. A prova dos autos demonstra que o autor/apelado foi induzido em erro ao aderir à proposta contratual lançada pela recorrente, ingressando, em evidente vício de consentimento, no que se denomina de "pirâmide financeira", sistema que gera lucro única e exclusivamente aos criadores.

2. *In casu*, o bloqueio dos valores investidos pelo agravante é medida de urgência a salvaguardar o seu direito a utilidade e eficácia processual.

**ACÓRDÃO**

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, para determinar o bloqueio *on-line* do valor investido pelo agravante, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 2014.

Desembargador José Fernandes

Relator



65/

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

---

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325314-1

AGRAVANTE: JOSENILDO RODRIGUES DA SILVA

AGRAVADO: EMBRASYSTEM TECNOLOGIA EM SISTEMA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (BBOM)

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Recife, que indeferiu o pedido formulado pelo autor, ora agravado, em sede de Ação de Cautelar de Arresto (proc. nº 72139-45.2013.8.17.0001), nos seguintes termos:

"Não vislumbro, nesta espécie, como suprimir o direito ao contraditório, pois não terá a parte ré, ao tomar ciência da demanda, como tornar ineficaz o provimento antecipatório pretendido, na hipótese de sua concessão a posteriori. Outrossim, não observo a presença do dano irreparável ou de difícil reparação, pelo que, reservo-me para apreciar o pleito liminar após a contestação (art. 263 do CPC). Cite-se por carta precatória para contestar no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 802 do Código de Processo Civil..." (fl.31)

Nas razões, alega o recorrente, em apertada síntese, que, iludido com a promessa de obter vantagem econômica, adquiriu um pacote "Ouro da BBom", de propriedade da agravada, ao custo de R\$ 3.000,00.

Afirma que até a presente data não recebeu o material de trabalho e que, foi surpreendido com a notícia que a agravada é suspeita de praticar crime de pirâmide financeira, fato que ensejou o bloqueio do patrimônio da ré e de seus sócios por ordem do Juízo da 4ª Vara Federal de Goiânia/GO em ação cautelar inominada intentada pelo Ministério Público Federal e Estadual. Sustenta ter direito à



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

---

restituição do valor investido, por arrependimento, que não pode ser exercido no prazo de trinta dias, em face da liminar deferida no processo mencionado.

Aduz que a demanda na Justiça Federal poderá demorar anos, com possibilidade de não haver recursos financeiros suficientes para ressarcimento de todos os investidores.

Pede liminarmente que este Juízo determine o bloqueio/arresto do valor investido (R\$ 3.000,00) e ao final, pugna pelo provimento do agravo.

Às fls.45/46 concedi medida liminar, determinando o bloqueio do valor investido (R\$ 3.000,00) na conta do agravado.

Devidamente intimado o agravado deixou de apresentar contrarrazões ao recurso (fl.57).

É o relatório. Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Desembargador José Fernandes  
Relator



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

---

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325314-1

AGRAVANTE: JOSENILDO RODRIGUES DA SILVA

AGRAVADO: EMBRASYSTEM TECNOLOGIA EM SISTEMA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (BBOM)

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

VOTO

Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Segundo o artigo 46 do CDC, os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compressão de seu sentido e alcance. Outrossim, dispõe o art. 36 do mesmo diploma que a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

No caso dos autos, o produto da ré BBOM foi exposto em evento. Por óbvio que o atrativo do convite foi a possibilidade de participar, de alguma forma, da organização ré, passando a receber fantásticos rendimentos.

As pessoas foram convencidas de que se tratava de um excelente negócio, tanto é que pagaram R\$ 3.000,00 e, receberam acesso virtual para a acompanhamento do investimento (similar a um plano de capitalização financeira) pela internet, produto completamente estranho, complexo e distante da realidade daquelas pessoas simples que ali aportaram.

Ou seja, dada a ocorrência de vício de consentimento, foi o autor induzida em erro, aderindo à proposta contratual, que, na realidade, ocultava pacto financeiro diverso, consistente no ingresso em "pirâmide financeira" irregular de recursos em pecúnia, mascarado pelos denominados "contrato de agente de vendas por indicação".



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

---

*In casu*, não resta dúvidas de que o agravante foi uma das vítimas da citada empresa, pois comprado que este é credor da agravada (fls.12/19).

De dizer, que a mesma já se encontra com as suas atividades suspensa, em virtude da liminar proferida no processo (processo nº 0017371-31.2013.4.01.3500 - Justiça Federal de Goiânia), por tratar-se de empresa fictícia, sendo na verdade uma pirâmide financeira.

Destarte, o autor viu-se envolvido em pirâmide financeira pela demandada e, portanto, faz jus à devolução dos valores investidos, sob pena de enriquecimento sem causa desta última.

Ante todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento, confirmando a liminar deferida à fl 45/46, que determinou o bloqueio do valor investido pelo agravante (R\$ 3.000,00) na conta corrente de titularidade do agravado.

É como voto.